

## Notas e Informações

# *Antes que seja tarde!*

Medimos recordes! De inflação! A mensal (28,79%) e a anualizada (933,62%). Dir-se-ia que o país enlouqueceu, ou quem o governa não é capaz de atentar para a gravidade do que esses índices (que só não entram no livro Guiness de recordes porque houve inflações maiores) indicam. Em primeiro lugar, dizem com clareza meridiana que não há mais governo; em segundo lugar, que a economia deve estar vivendo em clima artificial, pois em teoria não há quem possa produzir (se se está falando linguagem compreensível ao Sul e ao Norte do Equador) com taxas de juro, nominais que sejam, compatíveis com essa desvalorização da moeda; em terceiro lugar, que a moral privada e a pública perderam qualquer ponto de referência, por quanto a moeda deixou de ser "padrão de valor".

É de espantar que os padrões de moralidade pública tenham caído tão baixo, quando para todos o importante é salvar o seu antes que o desastre nos atinja? No tempo do regime militar, quando a inflação oficialmente chegou a 13% ao ano (prefixada por um ato do então czar da economia), criou-se no país o clima que historiadores bem definiram ser o existente na II República Francesa, a que foi de 1848 a 1851: "Enriquecei-vos". Hoje, o mote pode completar-se, desgraçadamente: *Enriquecei-vos a não importa que custo e gastai o mais depressa que puderdes*. Felizmente para a Nação, ainda há algumas camadas, poucas, de cidadãos que trabalham com orçamentos feitos com base em moeda constante (e portanto inexiste). Quando eles se integrarem no novo mundo do recorde ufanista da inflação, será o fim.

Quando se dá à taxa de inflação de 28,79% ao mês a conotação de maior da história, de certa forma procura-se ainda despertar no povo a idéia de que o Brasil é "maior"; tanto assim é que imediatamente o homem simples toma consciência de que a sua poupança, nesse mesmo período, rendeu-lhe 29,43%, e com isso ele ganhou! Noticiar uma inflação desse teor envergonha governo e Nação: aquele, pela inépcia com que conduz os negócios públicos; essa, porque não se deu conta de que está sendo sacrificada dia a dia não como oferenda para aplacar a cólera dos deuses, mas simplesmente no altar da ignorância com que se busca acalmar os maus espíritos. Na verdade, se considerarmos os números que

nos foram ofertados de outubro em diante, esta de dezembro não será a maior inflação da história — a menos que em 15 de janeiro, quando termina uma coleta de dados para medir a inflação e comece outra, congelem-se os preços e a paz volte a reinar no seio de um grupo de *fainéants* que se acreditam governantes da sétima potência industrial do mundo dito livre.

O presidente Sarney não se sentirá culpado pelo sofrimento que a inflação causa ao povo e pela destruição inexorável que ela processa, nas bases do regime democrático. Afinal, que culpa lhe cabe se lhe disseram que o Plano Cruzado o faria entrar na História, e era mentira? Que culpa lhe assiste se lhe disseram que o Plano Bresser resolveria os problemas e lhe permitiria conseguir os cinco anos, e também esse plano não deu certo? Que culpa é a sua se, falhando as soluções heterodoxas, tentou uma ortodoxa com um técnico de sua confiança, e nada deu resultado? Ele está tentando, buscando salvar a Pátria, imaginando soluções. Os empresários gananciosos e os líderes sindicais enfeudados à esquerda totalitária — pensará s.exa. — não lhe permitem encontrar o caminho da salvação — e agora, a esses inimigos da democracia junta-se este Congresso que fez uma Constituição que tornará o país ingovernável, como ele, Sarney, sempre alertou, quando ainda havia tempo. O presidente Sarney está acima do bem e do mal — por isso fará a grande reforma para impedir o pior, e se o Congresso não o entender, tanto pior para todos!

Nesse clima mental, não é de estranhar que o Executivo não tenha conseguido, nem com o Pacto Social, deter a marcha da inflação. Premido pelo Congresso e pelos compromissos políticos assumidos pelo presidente, de que forma poderia o ministro Mailson da Nóbrega impedir a expansão da base monetária? E mesmo que ela tenha acontecido, não há teóricos de peso que afiançam que o aumento da base monetária não guarda relação alguma com a inflação, determinada sempre pelo serviço da dívida externa e pelo peso da dívida interna no déficit público? Cresça a base monetária — o ministro da Fazenda passa tranquilo seu fim de ano em Florianópolis, enquanto os emissários do presidente, autorizados ou não, fatores reais de poder ou meros intrigantes da corte, convidam sucessores para a Fazé-

da, ou a Economia, a torto e a direito. Tudo leva a crer que ninguém tem nada a ver com essa inflação que cresce por fatores endógenos ao governo, segundo se faz crer aos incautos.

Para resolver esta crise, o exemplo boliviano é agora a inspiração. Se ao menos houvesse alguém que tivesse a coragem desse presidente chamado Victor Paz Estenssoro, que lembra muito Campos Sales, despreocupado com a recessão — passageira e melhor do que a inflação duradoura — e como o fato de na selva em que o macaco tem de fugir do leão não haja mais árvores. Nem o exemplo boliviano se repetirá no Brasil. Quem terá coragem de atacar o déficit nominal? Quem assumirá a decisão penosa de ver as massas levantarem-se em greve contra a supressão da URP ou outra medida que venha a ser adotada? Quem resistirá à pressão da classe política (senadores, deputados e governadores), erguendo-se contra as providências de austeridade? Quem confiará em que não haverá outros episódios como o de Apucarana, com seqüelas maiores?

Ninguém confia em coisa alguma. A solução seria o Congresso assumir as responsabilidades que se deu com a nova Constituição e respaldar o Executivo na adoção das medidas severas. O Executivo, pela Constituição, tem pelo menos a mão esquerda atada — se não amarrada ao pé direito — em matéria de política econômico-financeira. Apenas o respaldo do Congresso permitirá ao Executivo enfrentar com razoável dose de tranquilidade a procela que se avizinha velozmente. É tempo de aqueles que manietaram o Executivo se disporem a assumir perante o eleitorado a responsabilidade pela crise em que estamos mergulhados. Se não querem dar respaldo ao governo Sarney, então façam o Parlamentarismo já e respondam pelo governo da Nação.

O que não poderá acontecer, em hipótese alguma, é a Nação defrontar-se com o vazio que se seguirá ao Estado Novo que se está elaborando em Curupu. Depois do malogro dele, só restará ao povo o grito clássico ao salvador providencial, para desgraça de quem vier e de todos nós. O momento é grave e é preciso que haja quem se disponha a assumir a tarefa de governar. Pela Constituição, essa tarefa cabe ao Executivo, secundado pelo Congresso. Que se entendam os dois Poderes, antes que a procela destrua mais uma Constituição!